

Cultura da Impunidade

A nova rotativa inaugurada pela gráfica do Senado reuniu como convidados os presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, na qualidade de símbolos dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). O ponto alto da solenidade foi o lançamento dos três volumes das obras de Alberto Pasqualini, prefaciados pelo presidente Itamar Franco.

Nem só motivos elevados, porém, armam cerimônias oficiais. Como se sabe, por trás da gráfica do Senado localiza-se um potencial de escândalos que começam pelo excesso de servidores e desembocam na impressão de inutilidades para afagar a vaidade dos senadores e servir aos seus interesses pessoais. Os gastos de dinheiro público em proveito eleitoral dos senadores, embora ilegais, passavam em branco e foram pela primeira vez levantados em nome da moralidade pública. Um senador e uma senadora, Humberto Lucena e Marluce Pinto, ele da Paraíba e ela de Roraima, foram apanhados em flagrante de utilização ilegal dos favores gráficos do Senado, e tiveram as suas candidaturas impugnadas pela justiça eleitoral.

Como era de esperar, nenhum dos dois se conformou. Consideraram-se acima da lei e, pelo fato de a fazerem, desobrigam-se de respeitá-la. Enquanto esperam o julgamento do recurso que contestou a decisão do TSE e do TRE de Roraima, Lucena e Marluce se movimentam dentro da cultura política da impunidade. Mantiveram a candidatura como se a transgressão moral — uso de dinheiro público em proveito pessoal — não lhes dissesse respeito. Assim, uma vez eleitos, esperam criar o fato consumado com repercussão que os favoreça: como poderia a justiça eleitoral anular a vontade do eleitor? Só não se lembraram de que a eleição passa antes pela diplomação, que é feita pelos tribunais regionais.

O presidente do Senado, que outro não é senão o próprio Humberto Lucena, aquele que fez farta distribuição de calendários impressos com dinheiro público, com explícita propaganda eleitoral, armou a solenidade que tem a lógica dos subterfúgios. O objetivo era ter a presença do presidente da República. Raciocínio transparente em seu propósito: criar constrangimento geral com a sua presença ao lado do presidente Itamar Franco e do ministro Octávio Gallotti. Ficou evidente o primarismo do festival gráfico quando os dois impugnados, Lucena e Marluce, se mostraram um de cada lado do presidente da República.

Erraram o golpe porque Itamar Franco é de boa fé — e com ela já restaurou a respeitabilidade do cargo que ocupa — mas não se deixará explorar. Ele já mostrou mais de uma vez que não se presta a jogadas de interesses menores. A sua popularidade em fim de governo decorre exatamente do rigor na condução do interesse público. Pasqualini, pela influência que exerceu na formação política do presidente, tem a sua admiração e a sua gratidão, mas não servirá de biombo para manobra dos papagaios de pirata que quiseram apenas se mostrar na moldura das autoridades. A inauguração da nova rotativa não causou... boa impressão.

Assim que o presidente se retirou, Lucena, lágrimas nos olhos secos, porém de arrependimento, passou à parte final do programa. O diretor Agaciel Maia garantiu que, por dez anos, não haverá nomeações para a gráfica que fez 30 anos. E os calendários serão “coisas do passado”. Para ser verdade, no entanto, é indispensável que, embora votados, os dois, o senador e a senadora, tenham a impugnação levada à última conseqüência. Em matéria de moralidade pública, não há fato consumado.

76611ND
30 OUT 1986
JORNAL DO BRASIL